



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



1 **Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos**  
2 **oito dias de agosto de dois mil e doze.** Estiveram presentes os conselheiros municipais de  
3 saúde, conforme lista de presença em anexo. O presidente **Porsani** iniciou a reunião, dando  
4 boas vindas a todos os presentes e realizou a leitura dos pontos de pauta, sendo: **I.**  
5 **Informes; II. Discussão e deliberações sobre a crise na saúde: desdobramentos da situação**  
6 **gerada pela demissão de trabalhadores contratados por meio do Serviço de Saúde Dr.**  
7 **Cândido Ferreira; III. Apresentação, discussão, e deliberação sobre a Prorrogação do**  
8 **Convênio com o Hospital e Maternidade Dr. Celso Piero - Pontifícia Universidade Católica**  
9 **de Campinas; IV. Apresentação, discussão e deliberação sobre a Prestação de Contas do 1º**  
10 **quadrimestre de 2012, do Fundo Municipal de Saúde. I. Informes :** o conselheiro **Felipe**  
11 falou sobre a prova obrigatória que o CRM fará para os novos médicos, que aparentemente  
12 defende os interesses médicos, mas, de acordo com o Fórum da Saúde, não resolverá o  
13 problema. Lembrou que o governo Federal aumentou a quantidade de universidades de  
14 Medicina, principalmente particulares. Defendeu que essa medida não impede a criação de  
15 novos cursos de Medicina, como ocorre com os cursos de Direito. Apontou que o Fórum de  
16 Saúde repudia a implantação dessa prova. A conselheira **Neide** falou que os profissionais e  
17 os usuários do Centro de Saúde do Balão de Laranja estão preocupados, com as questões de  
18 segurança, inclusive com ameaças expressas. Solicitou uma atenção maior à questão da  
19 segurança nas unidades de saúde. O sr. **José Carlos** informou sobre o convite do Pró-Reitor  
20 de Extensão e Assuntos Comunitários da UNICAMP, para uma atividade a ser realizada no  
21 dia 17 de agosto. O presidente **Porsani** lembrou que existe uma vaga de conselheiro  
22 trabalhador no Conselho Fiscal de Saúde e falou que a sra. **Yara** e a sra. **Maria de Lourdes**  
23 saíram do CMS e solicitou que o secretário de saúde, dr. **Fernando Brandão**, providenciasse  
24 trabalhadores para suprir as duas saídas, para que o CMS fique com debilidade em suas  
25 ações. **II. Discussão e deliberações sobre a crise na saúde: desdobramentos da situação**  
26 **gerada pela demissão de trabalhadores contratados por meio do Serviço de Saúde “Dr.**  
27 **Cândido Ferreira”:** o presidente **Porsani** lembrou as ações e discussões sobre o assunto e  
28 solicitou que os atores que participaram da confecção das cartas se pronunciassem. O  
29 secretário de saúde, dr. **Fernando Brandão**, solicitou responder o questionamento sobre  
30 segurança e esclareceu que a Guarda Municipal fora acionada, inclusive o setor de  
31 inteligência, para que sejam descobertas as fontes da ameaça. Afirmou que existem algumas  
32 pistas, sendo que essa situação foge da realidade, tendo grande preocupação por parte da  
33 Guarda Municipal. Retornando à pauta, a conselheira **Izabel** realizou a leitura da carta do  
34 Distrito Noroeste. A conselheira **Juliana** realizou a leitura da carta da plenária realizada com  
35 os Conselhos Distritais e Locais de Saúde e os respectivos encaminhamentos. O sr. **Valdir**  
36 realizou a leitura da carta do Distrito Norte. As cartas lidas foram entregues e arquivadas na  
37 secretaria executiva do CMS. O secretário de saúde, **Dr. Fernando Brandão**, respondeu às  
38 ponderações apontadas nas cartas lidas. Sobre a nomeação imediata com a convocação dos  
39 funcionários aprovados no concurso, afirmou que a SMS fez e possui todos os dados  
40 avaliados pelo Dr. Cabañas, para que ele aprovasse a prorrogação do TAC. Falou que os 629



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



41 (seiscentos e vinte e nove) cargos fossem efetivamente repostas ou com reposição prevista.  
42 Afirmou que a SMS possui esse material e disponibilizou para consulta dos conselheiros.  
43 Falou que todos os profissionais do Serviço de Saúde “Dr. Cândido Ferreira” foram  
44 chamados, sendo que existe a possibilidade de manter 560 (quinhentos e sessenta) cargos  
45 que ainda não tiveram o concurso homologado, que ocorrerá somente no segundo semestre  
46 e existe um único cargo permitido manter pelo SSCF, sendo médicos para a  
47 urgência/emergência. Falou o panorama atual é 560 (quinhentos e sessenta) cargos, 431  
48 (quatrocentos e trinta e um) profissionais estão mantidos pelo convênio. Falou que foram  
49 perdidos 72 (setenta e dois) médicos, que não aceitaram o cancelamento dos avisos prévios.  
50 Falou que a SMS imediatamente chamou médicos, através de edital publicado no Correio  
51 Popular, porém não teve a resposta efetiva para recompor esses profissionais, uma vez que  
52 não se pode recontratar, de imediato, os médicos que saíram, com tempo mínimo de 90  
53 (noventa) dias. Falou que a SMS chamou médicos efetivos que podem ser contratados pelo  
54 SSCF, sendo que hoje já começaram a entrar em contato com estes profissionais, sendo uma  
55 forma de ter mais resultados. Quanto aos outros cargos, falou que hoje recebeu uma  
56 avaliação dos Distritos de Saúde, quanto à necessidade de reposição, onde ocorrerão editais  
57 pelo SSCF, a partir de domingo, em várias etapas. Acredita que exista uma chance maior de  
58 repor com mais rapidez esses cargos, se comparada à reposição de médicos, onde existe  
59 uma grande dificuldade. Quanto a garantir o pagamento de horas-extras, afirmou que essa  
60 ação já fora realizada de imediato, onde já existe um número de horas-extras aumentado  
61 em relação à média da SMS. Em relação à contratação de médicos para  
62 urgência/emergência, explicou que a SMS optou pelo concurso público, em detrimento à  
63 seleção pública, pois o concurso público demanda o mesmo tempo do processo seletivo, que  
64 deveriam ser criados cargos com tempo determinado de dois anos. Falou que a ideia é a de  
65 que os 400 (quatrocentos) médicos deverão estar integrados à rede em meados de outubro.  
66 Quanto aos cargos comissionados, falou que a SMS possui 14 (quatorze) cargos  
67 comissionados e colocou essa informação à disposição do CMS. Quanto à garantia de não  
68 haver a terceirização, falou que a proposta de manutenção do TAC foi no sentido de evitar  
69 qualquer terceirização, sendo que este não é o objetivo da Administração, sendo que esta  
70 gestão está no processo inverso, com a substituição de funcionários contratados por uma  
71 entidade por servidores públicos, aprovados em concurso. Afirmou que, a partir do ano que  
72 vem, serão completados os 1.311 (mil, trezentos e onze) cargos. Quanto à questão da  
73 Enfermagem fazer serviços fora de sua alçada, falou que houve discussões com o sindicato,  
74 chegando a um bom termo sobre a questão, onde existe um déficit de 15 (quinze)  
75 assistentes de farmácia, sendo que serão chamados 15 (quinze) farmacêuticos, adequando-  
76 se, inclusive, a um TAC estabelecido com o Conselho Regional de Farmácia. Em relação à  
77 recepção, apontou que acredita que os cargos serão facilmente repostos, através do edital  
78 de seleção pública do SSCF. Falou sobre a necessidade de um período de transição entre a  
79 demissão dos profissionais e a reposição dos mesmos. Quanto ao Conselho Municipal de  
80 Saúde, falou que houve um mal entendido, onde nunca falou que o CMS não ajuda a saúde



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



81 de Campinas. Apontou que seria um absurdo um secretário de saúde falar algo do gênero.  
82 Afirmou que disse que, na questão do TAC, o CMS, a Câmara de Campinas e o SINDSAUDE  
83 tiveram uma agilidade muito maior de apresentar, junto ao Ministério Público, as suas  
84 preocupações quanto à não prorrogação do TAC que a própria SMS, que não pode ir com a  
85 mesma rapidez, pois teve que apresentar dados diversos. Falou que foram realizadas seis  
86 reuniões longas e difíceis, para chegar neste ponto. Afirmou que a gestão teve que  
87 apresentar diversos argumentos que justificassem a não realização do concurso público na  
88 sua totalidade, mas que em nenhum momento afirmou que o CMS não contribui para a  
89 saúde em Campinas. Quanto ao caso da dra. Vânia, explicou ser uma opção sua a troca de  
90 um coordenador distrital, assim como as seis trocas de diretores da SMS, havendo um  
91 consenso de que foram para a melhoria do serviço. Explicou que fez essa opção por  
92 questões técnicas, sendo um assunto interno da SMS. Afirmou que aceitou a ponderação  
93 dos trabalhadores em verificar outro nome para a coordenação do Distrito Norte. Falou que  
94 a Dra. Von Zuben apresentará algumas opções discutidas pelo próprio distrito. Ressaltou ser  
95 uma questão administrativa. Abertas as falas, a sra. **Valéria** falou em nome do Distrito Norte,  
96 que vem passando por uma situação difícil, devido à saída da coordenadora Vânia. Afirmou  
97 que vem ocorrendo reuniões diariamente, para poder dar condições para a continuidade do  
98 trabalho. Falou que nestes últimos quinze dias, tiveram o apoio de colegas de outros  
99 distritos, bem como do conselho distrital de saúde, trabalhadores e usuários. Agradeceu  
100 todo o apoio e colaboração recebida nas decisões e elaborações de documentos. Afirmou  
101 que os servidores estão decidindo o que será feito, se continuarão ou não a trabalhar. Como  
102 resultado dessas discussões, falou que alguns servidores estão saindo do Distrito Norte para  
103 outros locais. Falou ter sido uma decisão difícil e apontou a necessidade de respeito aos que  
104 ficam e aos que saem. Solicitou ao secretário de saúde que fosse dado um espaço para  
105 discussão, o mais rápido possível, para poder viabilizar os trabalhos deste distrito. O sr.  
106 **Valdir** afirmou que possui a escala de médicos do pronto atendimento padre Anchieta,  
107 sendo que possui para a quinta-feira, apenas 02 (dois) médicos, onde o ideal seria 04  
108 (quatro) médicos durante o dia e 03 (três) a noite. Afirmou que não terá atendimento na  
109 porta, pois os médicos deverão cobrir a urgência e a observação. Falou que é ele que deve  
110 colocar sua “cara” para dar satisfação aos usuários. Afirmou que a situação no domingo  
111 deverá ser pior. Falou que a escala de médicos só tem espaços vazios. Questionou como será  
112 resolvida essa situação. A conselheira **Maria Gil** falou para o secretário de saúde que o CMS  
113 não ficou disperso na história do encerramento do convênio com o SSCF em momento  
114 algum. Falou que o CMS vem lutando para a realização do concurso público e vem  
115 caminhando lado a lado com a SMS. Falou que o CMS vem cobrando a manutenção de várias  
116 unidades de saúde e, somente após as cobranças, vem ocorrendo. A conselheira **Soeli**  
117 lembrou o secretário de saúde que as pessoas são conselheiras, sendo este um trabalho  
118 voluntário. Falou que assistiu a reportagem, no dia da prorrogação, com a entrevista do dr.  
119 Fernando Brandão, o qual frisou que a prorrogação do TAC fora empenho do sr. Prefeito.  
120 Afirmou que se não for para falar bem do CMS, não se deve falar mal, pois os conselheiros



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



121 estão presentes de forma responsável. Afirmou que, na reportagem, o CMS não foi citado  
122 em nenhum momento, sendo que toda a discussão ocorreu no pleno. O conselheiro **Gerardo**  
123 falou ser duro e difícil o prolongamento da crise da saúde. Falou que o secretário de saúde  
124 tem razão quando afirma que o CMS não faz o que quer. Concordou, ironizando que o CMS  
125 queria o desabastecimento total para garantir a privatização. Falou que quando existe um  
126 secretário de saúde que não se preocupa em preservar o que se tem de melhor, na rede,  
127 não se preocupa de fato com a saúde, por estar meramente de “passagem”. Falou que quem  
128 está na ponta, sem medicamentos, sem segurança e sem médicos, que tem um coordenador  
129 que dá o seu “sangue”, é quem realmente faz a diferença na saúde. Parabenizou os  
130 trabalhadores do Distrito Norte. Falou que os conselheiros não estão para servir secretários  
131 de saúde “A”, “B” ou “C” ou na sombra do Dr. Saraiva. Falou que os conselheiros estão para  
132 valorizar o que cada um faz, profissionalmente, e pelo seu empenho. Sugeriu que o CMS  
133 referendasse a resolução do Distrito Noroeste, pela precisão em suas propostas. Fez uma  
134 ressalva à plenária realizada, alegando que situações piores virão, pois se depender do  
135 governo, tudo será desmontado. Solicitou que cada conselheiro e coordenadores de distritos  
136 prestassem solidariedade à sra. Vânia, pois muitos gestores colocaram seus cargos à  
137 disposição, sendo essa atitude que deixou o Prefeito, o secretário de saúde e a cúpula da  
138 cidade, que quer destruir a Saúde, com raiva. Falou que o secretário de saúde errou quando  
139 afirmou que o CMS nada faz. Falou que não está no CMS por prazer pessoal, mas sim porque  
140 o Movimento Popular de Saúde delegou a ele a representação no conselho, para discutir  
141 políticas públicas de saúde e para não se deixar curvar ao movimento de sucateamento. O  
142 sr. **Jaime** falou que espera que todos os servidores da PMC tivessem a coragem e a  
143 dignidade de sempre que, quando sofrer atos autoritários de secretários, cobrasse mais  
144 respeito e dignidade. Solicitou que o secretário de saúde, ao desligar algum servidor de um  
145 cargo, tenha a dignidade de avisar com antecedência e com uma conversa particular, para  
146 explicar as razões, com respeito e dignidade, que os trabalhadores merecem. Falou em  
147 nome dos trabalhadores em luta e de uma categoria que merece respeito, pois são os  
148 servidores que estão na ponta segurando todos os “abacaxis” que a crise criou. Solicitou ao  
149 secretário de saúde respeito para com os trabalhadores. O conselheiro **Francisco** questionou  
150 o número apresentado de comissionados na SMS. Perguntou se os 14 (quatorze)  
151 comissionados, citados pelo secretário de saúde, são somente os funcionários que não são  
152 de carreira. Falou que são dezenas de servidores que possuem algum delta de coordenação  
153 ou alguma função gratificada, principalmente no nível central. Afirmou que quando o distrito  
154 aponta a resolução de cortar os comissionados, estão citando estes últimos. Falou que  
155 existem mais pessoas para trabalhar no nível central do que lugares para sentar. Afirmou  
156 que quando o Distrito Norte fala de “compromisso público” e que “até o final do ano não  
157 ocorra alterações no quadro de direção”, não se trata de nenhum pedido excepcional.  
158 Solicitou que o secretário justifique o por quê da troca, técnica e politicamente. Falou que o  
159 cargo do Prefeito, dos secretários e dos diretores não são de uma pessoa ou de outra e, sim,  
160 do povo de Campinas, a quem se deve explicações. Reforçou que o CMS deve cobrar do



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



161 secretário uma justificativa de suas ações. Afirmou que, quem se presta a atuar em um cargo  
162 de gestão, principalmente em um cargo político de gestão, deve prestar contas à sociedade  
163 e ao CMS o tempo inteiro, principalmente para os usuários e os trabalhadores diretamente  
164 atingidos por estas decisões. O sr. **Vítor** falou que a situação da Saúde não está bem, com  
165 falta de profissionais e medicamentos. Afirmou que uma das ferramentas que deveriam ser  
166 utilizadas é a eficiência, onde profissionais da saúde tenham preocupação com os usuários  
167 que buscam atendimento. Falou que existem muitos funcionários que estão em suas funções  
168 para procrastinar a máquina pública. Defendeu que seja aumentada a fiscalização sobre os  
169 servidores. A conselheira **Neide** falou que na região Noroeste, está usando como desculpa a  
170 situação do SSCF, mas que a desassistência já existe há muito tempo, por demissões,  
171 aposentadorias, licenças para tratamento de saúde extensas, o que faz com que se perda  
172 muitos funcionários, criando a desassistência. Falou que o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti  
173 também está em uma situação bastante delicada, pela falta de técnicos de Enfermagem,  
174 com complicações nos prontos-socorros adulto e infantil. Afirmou que a desassistência vem  
175 ocorrendo pela falta de concursos públicos de reposições de recursos humanos. Lembrou  
176 que existem cargos abertos que devem ser extintos para poder abrir novos cargos. Solicitou  
177 esclarecimentos sobre um artigo da Lei nº 13.230, que cria o CMS, onde dispõe sobre a  
178 competência do conselho. Falou que o artigo 2º, afirma a necessidade de garantir, através  
179 da sociedade civil organizada, a participação e controle populares nas instâncias de gestão  
180 do sistema municipal de saúde. Afirmou que a situação da coordenadora do distrito tem a  
181 haver com o CMS e que o secretário de saúde deve satisfação para este conselho. O  
182 secretário de saúde, **dr. Fernando Brandão**, respondeu aos levantamentos realizados,  
183 afirmando que recebeu um pedido do Distrito Norte, sendo que ocorreu um encontro com  
184 os coordenadores. Falou que este assunto é prioridade da SMS neste momento. Afirmou  
185 que não assumirá palavras que não disse. Afirmou ter compromisso com o SUS, onde desde  
186 1995, trabalha no sistema público de saúde. Em relação aos médicos do PA Anchieta,  
187 lembrou que existe uma Comissão de Urgência/Emergência que resolveu situações piores do  
188 que a apresentada pelo sr. Valdir. Lembrou que a rede possui setenta e dois médicos a  
189 menos, sendo que a situação está ruim, até que se consiga resolver este problema com a  
190 contratação de médicos. Defendeu a busca pela eficiência, sendo dever dos gestores.  
191 Concordou com a sra. Neide, sendo que o problema com o RH um problema anterior, onde  
192 existe uma grande escassez de recursos financeiros, devendo trabalhar com um orçamento  
193 enxuto. Falou que a situação do SSCF mexeu com a SMS como um todo, onde a situação de  
194 incerteza gerou diversos problemas. Lembrou que assumiu uma greve, promovida pelo  
195 sindicato da saúde, onde a preocupação inicial era de que a Prefeitura não cumpriria a  
196 questão das substituições, conforme TAC. Afirmou que as substituições foram cumpridas,  
197 onde todos os cargos que saíram do SSCF foram criados ou em reposição. Falou que existia  
198 uma grande preocupação, em relação à questão financeira, porém já fora garantido o  
199 depósito em conta de todas as pessoas que não prorrogarão o contrato. Afirmou que todas  
200 as pessoas poderão ficar tranquilas, pois receberão todos os direitos trabalhistas. Falou que





## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



201 tem um histórico de respeito com o CMS, bem como com a comissão de municipalização do  
202 CHOV. Afirmou que o dr. Adilson aceitou participar dos trabalhos da comissão. Reafirmou  
203 que não desrespeitou o CMS e que acredita na participação democrática nas decisões da  
204 saúde. Lembrou que houve uma grande discussão no Distrito Leste, com a participação do  
205 conselho distrital, para resolver o problema do Pronto Atendimento Centro. Em relação ao  
206 número de comissionados, explicou que existem pessoas que são de fora da Prefeitura e que  
207 vem para gestão, mas que todos os cargos de gestão estão à disposição do CMS, para que  
208 possa opinar. O presidente **Porsani** questionou se havia algum outro encaminhamento,  
209 diferente do encaminhamento do conselheiro **Gerardo**, de ratificar as cartas e os  
210 encaminhamentos lidos. O conselheiro **Francisco** propôs que as cartas e os  
211 encaminhamentos sejam incorporados em uma resolução do CMS, sendo referendadas e  
212 sintetizadas. Em processo de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a proposta**  
213 **de referendar as cartas e encaminhamentos, em uma resolução do CMS**, por unanimidade.  
214 **III. Apresentação, discussão e deliberação sobre a prorrogação do convênio com o Hospital**  
215 **e Maternidade Celso Pierro – Pontifícia Universidade Católica de Campinas:** o dr. **Mateus**  
216 informou que existe a proposta de prorrogação do convênio vigente, por 02 (dois) meses,  
217 para viabilizar mais tempo para as discussões e negociações entre a SMS e a entidade.  
218 Ressaltou que o convênio pode ser prorrogado por 60 (sessenta) meses, por força de lei, mas  
219 a entidade solicitou uma readequação dos valores do convênio, justificando a nova  
220 solicitação de prorrogação, mantendo os valores atuais. Informou que a entidade  
221 apresentou uma proposta do plano de trabalho, com uma majoração dos valores propostos,  
222 de aproximadamente R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais), por mês. Explicou  
223 que não existem recursos novos no orçamento municipal, sendo justificado o pedido de  
224 prorrogação, para avaliação dos novos planos de trabalho e dos valores solicitados pela  
225 instituição. A conselheira **Neide**, da comissão de acompanhamento do convênio, afirmou  
226 que o convênio é necessário, bem como a readequação dos valores do mesmo. Falou que a  
227 comissão de acompanhamento já sabia da solicitação de aumento do valor do convênio,  
228 bem como entendia as razões para tal. Ressaltou que a solicitação feita pela entidade é  
229 necessária, tanto pelo aumento do serviço, quanto pela qualidade dos serviços realizados.  
230 Afirmou que a entidade havia proposto permanecer com o convênio até o final do ano,  
231 sendo rediscutido no próximo ano, devido à falta de recursos novos no município. Falou que  
232 a comissão concordou, desde que seja apontada na LOA essa previsão de aumento, como  
233 garantia de prorrogação do convênio até o final do ano. Sugeriu que o CMS produza um  
234 documento que garanta esse acréscimo do convênio na LOA e no OP. A conselheira **Izabel**,  
235 da comissão de acompanhamento, defendeu a readequação dos valores do convênio. Falou  
236 que se sabe que não existem verbas para a saúde, mas que é necessário trabalhar para obter  
237 essas verbas. Falou que sempre existe a desculpa da falta de verbas e recursos para a saúde.  
238 Afirmou que o Hospital Celso Pierro é muito importante para o sistema de saúde de  
239 Campinas, não podendo ficar sem reajuste no convênio, pois existem reajustes de salários e  
240 benefícios. Falou que não se aumentou os serviços, mas que os salários são reajustados



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



241 anualmente, bem como os insumos e a manutenção de equipamentos. Ressaltou que as  
242 discussões para a renovação do convênio vêm ocorrendo desde fevereiro, sendo que, na  
243 última hora, “a cova está aberta”, sendo a única opção a prorrogação por dois anos. O  
244 conselheiro **Severino** realizou a leitura do parecer favorável do Conselho Fiscal de Saúde.  
245 Abertas as falas, a sra. **Verônica** falou que passou por uma situação de mau atendimento no  
246 hospital da PUCC, onde teve que passar por uma triagem, sendo que tinha uma carta de  
247 encaminhamento. Alegou que a PUCC cobrou a consulta duas vezes, agindo de má fé com o  
248 dinheiro do SUS. Afirmou não ser um convênio legítimo e transparente. A conselheira **Ana**  
249 **Luíza** esclareceu que a especialidade se desenvolve em subespecialidade, sendo que muitas  
250 vezes há necessidade de encaminhar o paciente para uma triagem para verificar qual  
251 subespecialidade deverá assumir o caso. Sobre a renovação, falou que a PUCC tem se  
252 esforçado muito para renovar o convênio. Falou que o hospital já é deficitário, não existindo  
253 um aporte para a complexidade que o hospital hoje atende. Falou que o pronto socorro  
254 trabalha com 300-400% da sua ocupação. Falou que, hoje, existem 42 (quarenta e dois)  
255 pacientes, sendo que 16 (dezesseis) estão nos corredores, sendo que o hospital mudou o  
256 perfil, atuando como um hospital de urgência, com a responsabilidade de passar esse  
257 paciente do pronto socorro para dentro, devido à falta de leitos no município. Ressaltou que  
258 o hospital é deficitário em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) ao mês, justificando o  
259 aumento imediatamente. Falou que as negociações do plano de trabalho demonstrou o  
260 valor do custo das AIHs, provando que a PUCC não pode mais continuar dessa forma.  
261 Defendeu que deve existir um aporte, sendo este discutido com a SMS. Afirmou que discutiu  
262 o plano de trabalho com a SMS e a proposta de prorrogação por 02 (dois) meses é o ideal  
263 para finalizar toda a discussão deste documento. Afirmou que a entidade está pronta para  
264 discutir os valores. Apontou que entende que o município não tem mais orçamento, sendo  
265 atendida a prorrogação, porém, mediante a garantia da inclusão do reajuste do convênio na  
266 LOA 2013, pois a entidade não tem como avançar na qualidade do atendimento necessária  
267 para os usuários. Ressaltou a necessidade do pacto de incluir o convênio com a PUCC nas  
268 negociações da LOA 2013 e do orçamento participativo. O sr. **Augusto** questionou se ainda  
269 havia quórum, sendo a resposta positiva. O sr. **Nilton**, diretor clínico do Hospital Celso  
270 Pierro, falou que fora encaminhada a SMS a necessidade de garantir a qualidade de  
271 atendimento. Afirmou que a qualidade de atendimento do hospital, o qualifica como  
272 instituição junto à ONA, responsável pela fiscalização e cobrança dessa qualidade. Afirmou  
273 que isso tem um custo, o que justifica o aumento pleiteado pela instituição. Falou que  
274 ontem, tinham 46 (quarenta e seis) pacientes internados no pronto socorro, não sendo uma  
275 situação justa. Lembrou que em 36 (trinta e seis) anos, o hospital nunca fez greve, tampouco  
276 parou o atendimento à população de Campinas, por ter responsabilidade. Afirmou que essa  
277 responsabilidade é cumprida e solicitou que a SMS enxergue e olhe para a entidade de outra  
278 maneira, respeitando-a como profissionais. Lembrou que o HMCP fornece uma grande  
279 retaguarda para o município, sendo que se não tiver esse convênio, a situação da saúde será  
280 agravada. Afirmou que a PUCC pretende permanecer ao lado do município. Ressaltou que o



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



281 hospital nunca fechou as portas à população. Afirmou que 90% dos atendimentos  
282 ambulatoriais são pacientes encaminhados pela própria SMS. Informou que a entidade  
283 fornece para a SMS 15 (quinze) leitos da Pediatria, o que demonstra a participação conjunta.  
284 Falou que isso gera um custo, pois os medicamentos sofrem reajustes anuais. Lembrou que  
285 o hospital tem atendimento de alta complexidade, sendo que o AIH do HMCP não é o  
286 mesmo AIH do Complexo Hospitalar Ouro Verde. Explicou que existe o mesmo número de  
287 AIH entre os dois hospitais, com qualidades e especificidades totalmente diferentes, gerando  
288 custos diferentes. Solicitou que a SMS olhe a entidade de outra maneira. Afirmou que a  
289 entidade fechará mais um ano com prejuízos, sendo pleiteados menos prejuízos. Solicitou  
290 que a PUCC seja incluída na discussão orçamentária para 2013, caso contrário, no ano que  
291 vem, ainda não haverá orçamento para o aumento do convênio. Ressaltou que o salário do  
292 médico da PUCC é a metade do salário pago pela rede pública. O presidente **Porsani** afirmou  
293 que a proposta da entidade e da SMS é muito ruim, pois as instituições já tiveram tempo  
294 suficiente para chegar a um acordo, em relação a este convênio. Questionou se falta  
295 vontade política. Lembrou que o CMS tem outras pautas para discutir, sendo que daqui há  
296 dois meses o convênio deverá ser discutido de novo. Afirmou que existe uma incompetência  
297 das partes, que não se compõem. Duvidou que, em dois meses, o convênio esteja finalizado.  
298 Falou que, entre dar dinheiro para PUCC ou dar dinheiro para o Hospital Municipal Dr. Mário  
299 Gatti, não existirão dúvidas em que será votado. Falou que a prorrogação mostra que a SMS  
300 está com sérias dificuldades de resolver este problema, sendo necessárias essas  
301 prorrogações. Falou que a impressão que fica é que o cronograma de prorrogações coincide  
302 com o cronograma eleitoral. Falou que o CMS não pode ser marionete nesta discussão.  
303 Afirmou que pode até votar na prorrogação por dois meses, mediante o compromisso das  
304 duas partes de chegar a um acordo, podendo ser o declínio da entidade ou a resolução  
305 definitiva da SMS. Ressaltou que o CMS não pode ficar discutindo somente a PUCC. Lembrou  
306 que na última discussão, fora proposto a prorrogação por um tempo maior, mas que a  
307 entidade declinou desta proposta. Falou para os representantes da entidade que o governo  
308 atual não fora eleito pelo povo e, infelizmente, não tem credibilidade de fazer uma  
309 negociação à altura com a PUCC. O conselheiro **Gerardo** falou que está preocupado com a  
310 questão do AIH. Questionou por que se paga um valor de AIH para a PUCC e outro para o  
311 CHOV. Falou que se quiser tratar as questões corretamente, essa informação deve ser  
312 esclarecida. Solicitou à dra. Ivanilde que se faça e se apresente essas informações. Apontou  
313 que se absterá da votação. Afirmou que o problema está com a gestão, sendo que a  
314 entidade aceitou realizar o debate. Afirmou que ou se resolve definitivamente esse  
315 problema ou pensasse em outras saídas, pois o CMS não pode ficar discutindo somente este  
316 convênio. O dr. **Mateus** afirmou que houve discussões na Comissão Executiva e no Conselho  
317 Fiscal de Saúde. Afirmou que o papel da PUCC como parceira é indiscutível, com uma  
318 parceria concreta de anos. Em relação ao financiamento do convênio, lembrou que o  
319 convênio, historicamente, é baseado em portarias ministeriais e pela valorização média de  
320 internação do hospital. Em termos de financiamento, quando se fala que um convênio está





## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



321 há mais de um ano sem receber verbas novas, esclareceu que todos os aumentos de tabela,  
322 promovidos pelo SUS foram repassados ao convênio, bem como os aumentos de incentivos,  
323 como hospital de ensino, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Lembrou que a PUCC  
324 participa ativamente das redes em Campinas, sendo aprovado, recentemente, mais um  
325 custeio, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) mensais e, mais recentemente, a  
326 inclusão na rede de urgência/emergência, contemplando a entidade com um apostilado de  
327 R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Afirmou que, entre o convênio original e o atual, existe  
328 um aumento no financiamento de quase R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Falou que,  
329 além disso, por fazer parte da rede cegonha, existe o aporte de financiamento para o  
330 hospital, em torno de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais). Ressaltou que a SMS vai atrás  
331 dos financiamentos necessários e realiza os apostilamentos e os repasses para a instituição.  
332 Lembrou que a instituição, além do aporte financeiro, recebeu diversos financiamentos para  
333 reforma de ambulatório, alas cirúrgicas e pronto socorro, sendo verbas conseguidas pela  
334 parceria com o SUS. Em relação ao prazo solicitado, esclareceu que desde o primeiro plano  
335 de trabalho, o grupo técnico havia se mostrado que neste ano seria impossível um aumento  
336 no aporte financeiro. Falou que, naquele momento, o convênio fosse prorrogado até janeiro,  
337 para que se discutisse na previsão orçamentária de 2013. Falou que a instituição não aceitou  
338 e apresentou um plano de trabalho com uma prorrogação por 02 (dois) meses. Afirmou que  
339 o grande plano de trabalho, neste momento, após análise do grupo técnico, é que se  
340 mantinha o financiamento até dezembro e, a partir de janeiro, se propunha o aumento de  
341 R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais). Apontou que essa situação foi avaliada  
342 juridicamente, em conjunto com os advogados da instituição e do departamento jurídico da  
343 SMS e da Secretaria de Assuntos Jurídicos e, posteriormente, foi consultado o Tribunal de  
344 Contas do Estado, sendo juridicamente não se poderia fazer um convênio com dois planos  
345 de trabalho ao mesmo tempo. Tendo em vista, ressaltou que a proposta da SMS é a  
346 manutenção desse plano de trabalho, até dezembro, para que se tenha tempo hábil de  
347 discutir os valores do convênio, com a incorporação de novos financiamentos. Em relação à  
348 demanda apresentada pela instituição, referente à dificuldade na regulação dos leitos,  
349 lembrou que, por fazer parte da rede cegonha, a entidade deve destinar 100% dos leitos  
350 para regulação municipal, sendo que os 15 (quinze) leitos da pediatria estão abaixo das  
351 premissas dessa rede. O secretário de saúde, dr. **Fernando Brandão**, lembrou que o primeiro  
352 hospital que procurou dialogar, com o HMCP, onde foram apresentados os problemas de  
353 financiamento e com a preocupação com a renovação do convênio. Afirmou que não fez  
354 para nenhum outro hospital o aumento no financiamento. Falou que todos os aumentos  
355 ocorreram através das redes, como o caso da Maternidade de Campinas, que passou a  
356 receber verbas da rede Cegonha. Explicou que a participação dos hospitais nas redes do  
357 Ministério da Saúde garantiu algum acréscimo no financiamento. Falou que a primeira  
358 proposta foi de uma prorrogação de 07 (sete) meses, pela possibilidade de não haver  
359 orçamento para garantir o aumento no financiamento, apesar de achar justa a necessidade  
360 de incremento financeiro no convênio com a PUCC. Falou que não houve consenso, havendo



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



361 uma prorrogação de 02 (dois) meses, onde a SMS foi ao Ministério da Saúde para  
362 estabelecer caminhos para aumentar os recursos do convênio. Afirmou que a PUCC merece  
363 o aumento pleiteado, mas que não existe um caminho legal para isso. Falou que vem sendo  
364 construída, através de algumas possibilidades, fórmulas para que se tenha esse aumento, de  
365 preferência através do Ministério da Saúde. Falou que existe o interesse da SMS em fazer a  
366 recomposição financeira do convênio, mas que é necessário achar fórmulas legais para isso.  
367 Falou para o presidente **Porsani** que é a pessoa que menos gosta de política, afirmando que  
368 a SMS deve ser suprapartidária. Ressaltou que a proposta era de 07 (sete) meses, por  
369 acreditar que esse impasse não seria resolvido em apenas dois meses. Lembrou que a  
370 entidade não achou adequada essa prorrogação, sendo necessária que a SMS cedesse.  
371 Apontou que espera que, até outubro, esse impasse esteja resolvido, para ser feito um plano  
372 completo. O presidente **Porsani** questionou sobre a prorrogação da reunião, conforme  
373 Regimento Interno. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a**  
374 **prorrogação da reunião**, por trinta minutos. O dr. **André**, responsável jurídico da Sociedade  
375 de Educação e Instrução, mantenedora da PUCC e do HMCP, apontou que a fala que se  
376 coloca sobre a boa vontade de negociar da SMS deve ser igualmente colocada para a PUCC e  
377 ao hospital. Lembrou que foi por iniciativa da PUCC que as negociações começaram muito  
378 antes do vencimento do convênio. Falou que a entidade solicitou que as negociações se  
379 iniciassem em fevereiro, quando estavam tratando de outros problemas, envolvendo a SMS  
380 e o hospital, pois, de acordo com os números apresentados para a SMS, é público e notório  
381 o déficit mensal estimado em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) à R\$ 2.500.000,00  
382 (dois milhões e quinhentos mil reais). Apontou que o déficit alcança R\$ 24.000.000,00 (vinte  
383 e quatro milhões de reais) ao ano. Afirmou que não existe nenhuma instituição que consiga  
384 suportar esse déficit. Falou que, por outro lado, a instituição insiste em manter o convênio,  
385 gerando questionamentos das razões. Explicou que existem várias razões, sendo uma delas  
386 que o hospital é universitário e de acordo com a missão da instituição, sem qualquer  
387 referência religiosa, manter o atendimento às pessoas que necessitam de atendimento na  
388 saúde. Apontou que não existe como o hospital permanecer com esse déficit, pois a  
389 instituição não conseguirá suportar essa situação, com a manutenção da qualidade esperada  
390 de atendimento. Falou que a instituição tem o compromisso de terminar as negociações em  
391 dois meses, mas é necessário que os esforços da SMS se mantenham, sendo que as fórmulas  
392 para o aporte financeiro existem. Falou que existem evidências claras, na rede, que foi  
393 possível obter modificações de valores para outros hospitais da rede, sendo valores unitários  
394 totalmente dos valores pagos à PUCC, como não há nenhum impedimento jurídico de incluir  
395 o hospital na lei e no orçamento municipal. Apontou que a PUCC solicita a reflexão neste  
396 momento, pois é agora que se desencadeia a discussão do orçamento para o próximo ano.  
397 Afirmou ser uma irresponsabilidade da entidade sugerir ao novo prefeito, seja quem for, que  
398 eventualmente comece seu governo com uma indefinição em uma situação já caótica da  
399 saúde. Afirmou que, em dezembro, não será possível incluir a PUCC na LOA 2013, muito  
400 menos em janeiro. Falou que possuem as fórmulas para a discussão e reafirmou que a PUCC



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPINAS

Av. Anchieta, 200 – 17º andar – Centro – CEP 13015-904

Fone/Fax: (19) 2116.0184

E-mail: [saude.cms@campinas.sp.gov.br](mailto:saude.cms@campinas.sp.gov.br)



401 mantém seu compromisso em garantir o atendimento de qualidade nos próximos dois  
402 meses, se empenhando ao máximo, para se chegar à uma negociação frutífera, que se  
403 diminua o déficit. Ressaltou que a entidade não espera que se elimine o déficit ou que se  
404 transforme em lucro. Em regime de votação, o Conselho Municipal de Saúde **APROVOU a**  
405 **prorrogação do convênio com o Hospital e Maternidade Celso Pierro – Pontifícia**  
406 **Universidade Católica de Campinas**, por 02 (dois) meses, com 07 (sete) abstenções. Devido  
407 ao avançado da hora, o presidente **Porsani** informou que a pauta **IV. Apresentação,**  
408 **discussão e deliberação sobre a Prestação de Contas do 1º quadrimestre de 2012, do**  
409 **Fundo Municipal de Saúde**, será o primeiro ponto de discussão da próxima reunião.  
410 Encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. Nada mais a ser tratado, eu, José  
411 Carlos Bortotto Junior, lavro a presente ata, assinando-a juntamente com os demais  
412 presentes.